

Recebido em dez. 2007
Aprovado em jan. 2008

O PAPEL DO FILÓSOFO COMO EDUCADOR

MARLY CARVALHO SOARES *

RESUMO

A história da humanidade, ao iniciar seu novo milênio solidificado pelas transformações tecnológicas e ideológicas, acha-se numa crise de consciência – marcada por perda de sentido não só existencial, mas do que é comunitário e do que é comunidade. O comunitário cede lugar ao individualismo e neste contexto não é possível nenhum operar ético. Para que tenhamos uma nova comunidade se faz necessário um novo indivíduo que, segundo Eric Weil, se constitui e se forma através de duas mediações: o direito natural e a educação. O direito natural ainda se acha prisioneiro da moral formal; enquanto a educação trabalha sobre o plano das ações. O nosso ensaio centraliza-se no papel do filósofo como educador relacionando educação versus instrução.

PALAVRAS-CHAVE

Hegel. Filosofia. Filósofos. Educação. Educador. Eric Weil.

ABSTRACT

Humanity, as the new millennium begins solidified by technological and ideological transformations, finds itself in a consciousness' crisis-marked by the loss of not only an existential meaning, but of what is communitarian and what community is. Communitarian loses place to individualism being impossible to work ethics in that context. In order to build a new community it's necessary it's necessary to build a new individual, that according to Eric weil is constituted and formed through the mediation of natural right and education. Our essay is centralized on the philosopher's role as an educator versus instructor.

KEYWORDS

Hegel. Philosophy. Philosopher. Education. Educator. Eric Weil.

* Doutora em FILOSOFIA pela UNIVERSIDADE GREGORIANA – ROMA. Professora Titula do Curso de FILOSOFIA da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE e colaboradora do INSTITUTO TEOLÓGICO-PASTORAL DO CEARÁ - ITEP.

INTRODUÇÃO

O homem de hoje desafiado por mil referências sente-se ameaçado na sua razão de ser, isto é, na sua abertura ao “outro” tanto em relação a si mesmo, como à história, à natureza e ao absoluto. Por outro lado o reconhecimento destes valores universais, como o progresso, a solidariedade, os direitos humanos tornam-se os mais exigidos e proclamados pelos movimentos políticos, porém seriamente falidos na sua concretização. O destino de uma sociedade que se deixou impregnar pelo pragmatismo técnico, sob o postulado da autonomia absoluta da práxis, será certamente uma sociedade “nominalista” – cuja práxis é a luta de todos contra todos num retrocesso ao “estado na natureza”.

O comunitário cede lugar ao individualismo e neste contexto não é possível nenhum operar ético, isto é, uma ética que oriente a ação tanto em nível particular como universal. Parece obrigatório que nos interroguemos sobre as causas desta trágica experiência que mostra na sua faticidade a incapacidade radical de constituir uma comunidade ética, onde o homem possa viver regido por um princípio de “fraternidade e participação” tão desejada ao longo da nossa história. Para que o indivíduo possa formar uma verdadeira comunidade, este deve consentir em integrar-se no corpo normativo do *ethos*, o que lhe permite transcender a contingência de sua individualidade empírica e referir-se a um princípio de ordem que dê razão do seu existir comunitário e do seu agir eticamente qualificado.

Neste contexto em que a política perdeu o seu horizonte – o seu ponto norteador – cabe ao filósofo

como pensador do que é refletir sobre a possibilidade de rearticular níveis estruturais do existir comunitário, cuja tarefa exige a formação de um novo indivíduo.

A INSTRUÇÃO COMO NECESSIDADE DO NOSSO TEMPO

Dentro desta missão de definir o filósofo como educador, Weil chama atenção para uma questão bem discutida e evidente – porém jamais vivida e pensada em sua essência: a relação educação – instrução.

O que se experimenta em tantos seminários e simpósios educacionais – explicitadas por alguns pedagogos – é que a dimensão essencial da educação se deixou abafar, ou melhor, sucumbir por sua dimensão somente instrutiva. A instrução pode ser educação, mas a educação não é instrução. Por um lado esta pode contribuir para que haja uma educação, mas por outro lado

[...] ela é o meio mais fácil, mais direto, para que o indivíduo aprenda quão pouco valem suas paixões, seus desejos, suas preferências, quando se trata do que é e do que é verdadeiro: uma data histórica é o que é, a solução de uma equação é correta ou não é, uma tradução é correta ou elegante ou não é¹.

Mas infelizmente foi este ideal que agradou e agrada a maior parte da humanidade contemporânea. Houve um esforço conjunto – praticamente nos países ocidentais – para que todo homem fosse instruído, porém pouco esforço para que o homem fosse educado.

¹FP, 16, p. 48-49.

Não se pode negar o valor da instrução, mas é preciso notar que esse valor educativo da instrução não consiste na posse de conhecimentos úteis, mas em submeter o caráter à objetividade e à universalidade do juízo. Todos esses conhecimentos são indispensáveis para quem quer participar do trabalho social de maneira útil, a única exigência é aprender o método e é essa aptidão que torna o homem instruído. É evidente que o homem sempre se educa através de qualquer estudo, chegando a discernir o verdadeiro do falso, a qualidade da utilidade, o valor do encanto. E aqui emerge a idéia original de Weil:

[...] uma opinião tão injusta quanto sem fundamento consiste em supor que os homens são aptos só para serem adestrados a determinadas funções [...] mas não para desempenhar ora uma função ora outra, sem perder a sua identidade”².

E é esta a característica e o modelo de todos os ambientes “educacionais” fruto de uma sociedade industrial e racional fundada sobre a categoria da “condição”.

Weil recorda – conforme seu artigo: “*L’éducatio en tant que probleme de notre temps*” – que este ideal de educação por instrução teve conotações diferentes ao longo da história. Já no século XIX e XVIII – a preocupação era mais com a “educação popular” – uma vez que partiam do pressuposto que os iletrados seriam pessoas sempre violentas, que não saberiam pensar nem discernir seus

²Ibidem, p. 49.

próprios interesses – que não tinham oportunidades reais e que não poderiam jamais tornarem-se membros úteis da sociedade moderna. Por outro lado, jamais afirmaram que a instrução fosse capaz de satisfazer a todas as necessidades. Era apenas uma condição necessária, porém não suficiente. Era uma condição do aparecimento de um novo tipo de homem capaz de desempenhar bem o seu papel na grande empresa. Ninguém, portanto poderia resistir a este desafio: a mudança era para todos, só os homens instruídos fariam trabalhadores competentes capazes de reagirem aos reacionários não “esclarecidos”. De maneira que a instrução era o meio e o progresso o fim.

É evidente que ninguém deve renunciar ao progresso e nem negar o valor do melhoramento das condições materiais do homem. Porém a pergunta que se põe hoje é de saber como levar àqueles que não se beneficiam destas condições materiais, e, por conseguinte, a instrução permanece uma das tarefas essenciais do nosso tempo. Weil nos coloca no cerne da problemática atual quando afirma: “[...] *as pessoas são pobres porque lhes falta a instrução sobre os meios e recursos de uma sociedade moderna, industrial e racional e isto lhes falta porque são pobres*”³.

Nesta perspectiva os pobres não têm solução, porém o que sucedeu nas comunidades ocidentais durante as três últimas gerações deve ser para o resto da humanidade. As comunidades deixadas ao acaso desejam beneficiar-se também dos frutos da tecnologia moderna, uma vez que esta é uma questão de

³DEC, p. 300.

sobrevivência do homem visto enquanto trabalhador e não como racional, mesmo que isto exija a mudança das suas concepções e valores fundamentais.

Todas as sociedades são chamadas ao progresso e este não terá mais fim. Todos os povos avançados ou atrasados terão necessidades de sempre mais de instrução – porque todos querem usufruir dos frutos do progresso. Eles querem o progresso, porém estão prontos a proclamar que há valores mais altos, mas não os obriga a rejeitar aqueles que são menos elevados.

A instrução é uma necessidade e não constitui mais um problema. Certamente que as dificuldades não faltam, mas estas são de ordem técnica e a sociedade se quiser pode realmente resolvê-las: “dais bons salários e tereis bons mestres”. Nós somos tornados calculadores civilizados, racionais dos nossos interesses pessoais e levamos uma vida melhor que nossos antepassados – isto já é constatado numa fração da humanidade que dispõe dos bens materiais e não há dúvida que o resto da humanidade cedo ou tarde caminhará para o mesmo objetivo. De maneira geral o progresso é um fato que se consolidará sempre mais. A instrução terá conduzido à liberdade, não a liberdade do ser, mas a liberdade do fazer e nisto têm razão os apóstolos da “educação popular”.

O progresso é um fato e a instrução nos conduziu à liberdade do fazer. Que conseqüências poderíamos tirar desta situação? Weil responde com uma frase: o aborrecimento nato da insatisfação do interesse satisfeito – o que acarretaria – a violência como o único verdadeiro passa-tempo. Esta conclusão radical é tirada do seguinte raciocínio: se uma pessoa lamenta-se de se

aborrecer, alguém dirá: faça alguma coisa para sair do seu aborrecimento; porém se uma nação inteira é ameaçada deste aborrecimento, envolvida por um sentimento geral de insatisfação, não haverá ninguém que tenha condições de mudar e diga: faça alguma coisa, e neste caso o único recurso são coisas desrazoáveis: a violência.

A violência surge da instrução que tem como fim o progresso. Esta realidade é constatada nas sociedades mais avançadas do nosso tempo, embora numa escala reduzida. Diante dos meios de comunicação, seu sadismo crônico de mostrar a animalidade do homem, a violência tornou-se o retrato da humanidade; e o que é mais triste é que o aborrecimento engendra também a violência que se revolta contra o próprio sujeito: o suicídio, a droga, a promiscuidade sexual e estranhas religiões que alimentam mais a mais o aborrecimento numa ascendência de nausear-se de si e até da própria morte. A questão é angustiante, porém é um fato.

A sociedade pode se esforçar e muitas vezes com sucesso, em mostrar ao criminoso os danos causados a si e a humanidade. Porém esta atitude ainda não bastaria ao interesse mergulhado na náusea da insatisfação do interesse satisfeito. Afinal onde está a origem deste aborrecimento crucial? Será que esta situação necessitaria de uma educação?

A instrução nos diz como se deve fazer o trabalho, mas não indica o que será a obra. Falta-lhe algum complemento e algo que esteja para além da instrução, que é a educação. Os nossos antigos educadores haviam razão quando davam prioridade à educação, porém pensavam sempre mais nos males que acabrunhavam a

grande parte dos seus contemporâneos e esqueciam de refletir aquilo que dava um significado, um valor, um sentido à própria vida. Eles certamente levavam uma vida sensata, de maneira compreensiva os outros deveriam imitá-los para terem a mesma vida. Era uma educação de imitação que esquecia que os alunos deviam aprender a usar da sua própria liberdade e a utilizar bem o seu tempo livre.

Hoje modificamos os planos e os projetos, mas continuamos na mesma linha imitativa e oportunista. Inventamos novos estimulares para incitar a aprender, introduzimos métodos sofisticados para estudar, temos dado aos clientes o direito de escolher dentro dos padrões estabelecidos. As motivações são interessantes, porém com o tempo e o uso, perde o interesse e o aborrecimento ganha novamente o seu lugar.

Seria natural dizer então que o remédio consiste em instruir os homens no uso da sua liberdade. Essa seria a resposta para os velhos mestres e os bons alunos dos mestres ainda mais velhos. É ridícula esta solução, uma vez que não podemos instruir no uso da liberdade, desde que a instrução só torna a liberdade condicionada, limitando e programando o homem. Devemos encontrar o meio de fazer pensar aqueles que nós educamos, e os fazer pensar por sua própria conta. Eles terão de construir seu próprio pensamento, e que pensar deve ter um sentido para eles e não somente constituir um valor comercial.

INSTRUÇÃO VERSUS EDUCAÇÃO

A empresa exigirá educação, que é radicalmente diferente da instrução. A educação será sempre feita pela

via da negação, uma vez que esta não mostra onde reside o sentido, mas onde o sentido não pode ser. Obriga a cada um a admitir a sua perplexidade, o seu aborrecimento, a sua desesperança, confessando e refletindo a si mesmo. Não precisa mais de autoridades e especialistas para solucionar tal estado.

A empresa neste primeiro momento sofreria o impacto da diminuição da utilidade do indivíduo, mas por outro lado tornaria a sociedade moderna mais eficiente, extirpando a insegurança fundamental e a violência oculta que a caracteriza. Ela poderia amenizar as tensões sociais e internacionais, revelando à humanidade que esqueceu: *“Que o pensamento é uma grande e bela coisa em si mesmo, que o sentimento é nobre quando não é adulterado pela sentimentalidade e a possessividade, e que o mundo, se somente se ousa a olhar, já é bom”*⁴

Com esta descrição não queremos dizer que a educação seja atingida sem a instrução. A instrução é necessária quando tem em mira uma sociedade que oferece oportunidades de aceder à liberdade e de fazer uso desta mesma liberdade. É um fato que nós nascemos egoísta, violentos e que a instrução no domínio dos conhecimentos e dos modos nos transforma em seres humanos, enquanto possibilita a sobrevivência, mas podemos também nos libertar da coação que a natureza humana e todas as outras espécies de violência natural que exercem sobre nós. Então o problema da educação à liberdade vem em primeiro plano e este problema já foi detectado como a questão central da filosofia grega. Os

⁴ PP, p. 307.

filósofos tais como Sócrates, Platão e Aristóteles procuravam sempre um conteúdo para a vida livre do homem. O homem não era obrigado a trabalhar para viver e nem combater a natureza com as mãos. O que era problema para uma pequena elite de homens livres tornou-se hoje um problema do gênero humano inteiro. O que nos diferencia é que lá eles haviam escravos e nós hoje temos as máquinas. Certo que a solução grega não é uma resposta para nós – mas pelo menos nos conscientiza – como eram conscientizados que os homens que evitam responsabilidades que implica liberdade, não poderão jamais ser felizes e permanecerem livres e que os homens que não têm condições de assumir a sua liberdade precisarão sempre de um mestre. Isto aplicado a nossa realidade significa que na era da libertação da máquina nos tornamos mais escravos dos outros. A instrução e o progresso material são indispensáveis, mas este não pode constituir o fim do homem.

É certo que os atritos e os conflitos internacionais por impressionantes que sejam não são necessariamente os perigos mais graves. O perigo que nos ameaça é “o perigo de uma humanidade liberada da necessidade e da coação exterior, mas não preparada a dar um conteúdo a sua liberdade”⁵.

E nisto consiste a urgência de dizer, que o problema mais importante é aquele da educação. O fim positivo da educação é dar ao indivíduo uma atitude correta nas suas relações com os outros membros da comunidade. Isto significa dizer que a educação visa a **virtude do**

⁵ PP, p. 309.

educando. Porém esta palavra virtude adquiriu conotações diferentes ao longo da história da humanidade. Na época pós-antiga o termo virtude se referia mais ao íntimo das nossas intenções do que com as nossas ações. Hoje, já na época moderna, é uma palavra que quase não se usa, devido a incoerência desta relação entre o pensar e o agir. Esta se manteve sempre decorrente da reflexão pura que não quer superar-se ou no seu aspecto privado - o acordo do indivíduo consigo mesmo - ou apelando para um absoluto somente transcendente - inacessível ao homem empírico. A virtude nesta acepção moderna não se refere à ação. Ora, a educação diz o oposto desta situação, uma vez que “visa precisamente à aptidão do indivíduo para agir convenientemente na comunidade histórica” (PP, 50). As intenções totalmente impenetráveis não desempenham nenhuma vantagem para a ação, uma vez que se referem mais ao fórum íntimo da pessoa - nas suas características psicológicas - como o amor e o ódio com todos os seus derivados e modificações. É a retidão no modo de agir e na atitude prática que decide o valor do indivíduo e da educação que ele recebeu. Portanto são os nossos atos, os nossos discursos, as nossas palavras que contam na história dos homens. Certo que os nossos atos, as nossas palavras muitas vezes refletem as nossas intenções, mas são os atos que são verdadeiros ou falsos, independentes da nossa intenção. Essa dicotomia de intenção-ação revoluciona em parte também a reflexão filosófica de toda uma época, principalmente o kantismo, superado pelo hegeliano na sua força de efetivar a razão na história.

Diante deste novo objetivo da educação que não consiste mais em uma domesticação, mas numa atitude consciente no seu agir, corre também o perigo de ser considerado como farisaico pelo fim a qual esta se propõe. Porém este termo é bem empregado, pois o homem agora quer ser julgado segundo o valor das suas ações: o bem e o mal retratado no agir comunitário, pois toda ação se refere a uma comunidade, tanto no seu sentido de elevação, como na sua destruição. De maneira que só podemos julgar o homem enquanto ação. O julgamento que foge à ação não compete ao homem, mas se existe este julgamento compete a um Deus num mundo diferente. Se ao contrário, com o termo fariseu entende-se a atitude daquele que se atribui méritos que não possui ou que, apelando para a moral da universalidade, pensa satisfazê-la pela simples observação das regras impostas pelo exterior, então há razão para desaprovar o fariseu. A questão, porém, não consiste em saber se existem impostores e hipócritas.

Reprovar a educação por não impor a moral ao indivíduo”, por não impor o que tratando-se de liberdade, só se pode propor, é desconhecer a educação e a moral⁶.

O que a educação oferece ao indivíduo, impondo-lhe costumes, modos de comportar-se, é o fato de conduzi-lo ao início de uma reflexão moral pessoal sob a autoridade exclusiva da razão. Não é possível, no plano da formação do homem, chegar-se a um objetivo elevado, sem a

⁶ PP, p. 50.

mediação da educação. Hegel, na sua Filosofia do Direito, na análise da sociedade moderna, § 150, já refletia que a única virtude é a honestidade. Weil, porém vai mais longe – enquanto analisa que a honestidade está muito ligada as questões de interesse. Ora, o ideal visado pela educação é mais amplo, e está para além da honestidade. Uma vez que se pode ser honesto, pagando suas dívidas ou não as pagando, restituir o depósito confiado ao próximo, recusar todo negócio suspeito, sem, contudo, SER UM HOMEM EDUCADO; pois, pode-se ao mesmo tempo, ser um inútil, preguiçoso, ineficiente na sua própria função, medíocre nos seus juízos, mesquinho nas relações com o outro, e é precisamente isto que a educação quer expulsar do caráter empírico, ensinando que isso não se faz. Se o indivíduo é educado, a ação não será um problema moral para a sua reflexão: sua educação mostra-se no fato de agir sem por questões além das que se referem à técnica de execução. O que se chama conflito moral não se apresenta neste plano: o homem da moral da reflexão está em conflito com o seu próprio caráter empírico, mas é um conflito do ser i-moral que, graças a moral, quer chegar ao acordo consigo mesmo. O homem educado age convenientemente.

O surgimento do sentimento de um conflito moral entre os deveres, entre os valores, mostra que, ou o mundo no qual nasce tal sentimento está fora dos gonzos e não conhece mais nenhuma educação, ou o indivíduo que sofre esse conflito não está educado. O primeiro só será compreendido no plano da política; o segundo é apenas uma forma de revolta do indivíduo contra a universalidade concreta dos costumes que a educação

impõe ao animal no homem. Para essa revolta, tudo se torna problema moral; aquele que pratica o mal é mais interessante que o homem que simplesmente cumpre o seu dever e o instinto é mais profundo que a razão. Esses dois resultados podem ser úteis ao educador, uma vez que este pode descobrir que o que educa a razão é exatamente não razoável.

Quanto aos outros comportamentos falsos da sociedade, estes se manifestam sempre mais atraentes do que o autêntico e o verdadeiro. O ladrão, o criminoso, torna-se mais individuais e autênticos que o homem que cumpre a sua função no mundo dos homens, e basta qualificar-lo alguém como sério para excluí-lo do número dos indivíduos autênticos que vivem uma existência autônoma. Mais uma vez se recorda que se trata de educar o homem violento a razão. O ser perfeito jamais é concebido como ser razoável, mas como intelecto. É o indivíduo não universalizado que deve ser educado, ou que se educa a si mesmo na sua obra. Isto mostra que a educação não pode ser uniforme, mas exige a vontade de compreender o homem em sua particularidade, mostra também que certo tipo de educador pode fracassar na educação de certo tipo de educando. É certo que grandes qualidades podem conviver com grandes defeitos, nem por isso deixam de serem defeitos que precisam ser educados. Convém ao educador despertar no indivíduo a faculdade de perceber e de fazer o que é bem em todos os sentidos do termo. Trata-se, pois, de formar no indivíduo um sentido moral e concreto – que a própria reflexão pura – a partir do momento que quer encarnar-se na ação.

A educação deve ser real, isto é, encarar a individualidade da pessoa. Caso contrário pode ocultar talentos reais em prejuízo do próprio indivíduo. De sorte que a revolta do indivíduo contra uma má educação, pode, contudo, ser-lhe de grande ajuda. Reconhecer os erros de uma educação autoritária e tradicional, não significa somente situar-se no campo da revolta, mas é antes uma oportunidade de elevar-se, no sentido de recuperar suas forças em vista de universalizar seus dons, torná-los reconhecidos pela comunidade a qual pertence, ou por uma comunidade que cria pelas obras que produz. É difícil citar o nome de um grande homem, cuja juventude tenha sido feliz, sem esforço e sem luta contra a pressão de um universal mal-apresentado; mas seria pior encontrar um homem de valor que, educado para opor-se ao universal concreto, tenha buscado em lugar de realizar uma obra ou missão, simplesmente exprimir a sua individualidade. Tanto “rebeldes românticos”, que mesmo que não receberam uma verdadeira educação, continuam sendo educadores do homem à atitude correta.

O filósofo consciente de que a educação só pode ser fundada na moral, acaba compreendendo que ele desempenha um dos papéis fundamentais no mundo histórico. É capaz de ver o seu lugar no cotidiano dos homens. Porém, encontra-se o educador inconsciente que transmite um saber morto ou o instrutor que inculca aptidões e atitudes parciais e particulares. São estes homens, que infelizmente destruíram a função da educação e a tarefa do educador.

O educador hoje se torna um desestimulado, desvalorizado na sua carreira - tanto por aqueles órgãos

que poderiam levá-lo, como pela clientela geral no seu descrédito pela educação. A educação tornou-se algo particular – visando uma minoria – e por outro lado, desvinculada do seu objetivo fundamental. Deixou de ser uma educação de qualidade para ser uma educação de utilidade.

Existe, com efeito, uma maneira cômoda de domesticar o animal do homem: basta fixá-lo na sua animalidade. É igualmente cômodo fazer jorrar para a cabeça das crianças e adultos uma massa de saber inerte, renunciando a levá-lo e a pensar ⁷.

Isso não quer dizer que a domesticação e a instrução sejam valor. Mas estas jamais poderão levar o homem à razão e a liberdade razoável, educação, portanto, que pretende formar homens capazes de decidir e agir razoavelmente no seu lugar no mundo, segundo as exigências do universal na situação concreta, sabendo o que fazer e porque o fazem.

A tarefa da educação consiste em desenvolver no indivíduo a capacidade de compreender o que lhe diz respeito enquanto membro de uma comunidade humana. Só através da educação, o homem é capaz de vencer a fera que habita na sua individualidade. Diria que um povo sem condições de educação, como se ver hoje, é fadado aos piores desastres coletivos, seja através de um imperialismo que domestica, seja através de uma libertinagem onde ninguém tem consciência do valor do outro.

⁷ PP, p. 53.

A educação prepara para a comunidade e por este motivo deveria ser a preocupação fundamental do político, cuja única função é formar comunidades. Mas como este pode formar comunidades, se por outro lado a educação permanece ausente de suas metas? Grita-se em todos os espaços e tempos que a educação deve ser permanente na evolução do homem, porque a sua tendência animal (indivíduo) é muito mais forte do que sua tendência social. Na prática, é raro que a educação corresponda ao fim que objetivamente é o seu. É mais fácil servir-se do medo e do aguçado espírito de competição visando à domesticação e a instrução do que a cooperação e a solidariedade.

Este educador que se contenta em remeter estes indivíduos à comunidade, esquece que tais indivíduos serão incapazes de formar outros que tenham as mesmas qualidades de animal bem domesticado, como também, se estes se tornarem educadores, provocarão a revolta da individualidade não educada, numa seqüência ascendente de depreciação da racionalidade do homem. De sorte que só o educador que pensa o seu papel pode evitar resultados maléficos que tornarão impossível o cumprimento de sua tarefa.

Em todo relacionamento há uma educação. De maneira que todo homem educa, consciente ou inconsciente, por seu discurso e seu agir. Todo discurso e toda ação influem sobre os outros e os formam, assim como formam o seu autor. De tal sorte que a realidade histórica é continuamente modificada; cada indivíduo contribui para o estabelecimento de regras empíricas que facilitam a coexistência e a colaboração entre os homens.

Neste horizonte, o filósofo, na sua opção pela racionalidade deveria ser o dono da palavra, do discurso, a fim de que esta mesma razão fosse a mola de transformação da comunidade. Devemos recuperar o logos que infelizmente por culpa dos “maus filósofos” deixou-se sucumbir à revelia de outros discursos mais interessantes e atraentes, uma vez que são estes que muitas vezes alegram e alimentam a animalidade viva do homem.

A educação para a observância das regras, diz respeito a todos e a cada um. Ser educador, isto é, consagrar-se à educação – e a educação visando conscientemente à liberdade razoável do educando “é uma vocação, uma profissão, um ofício” (PP, 54). Neste sentido o indivíduo especializa-s, forma-se para esse trabalho, adquire sua técnica e, conseqüentemente, faz-se reconhecer como qualificado pela comunidade. Ele preenche um lugar no mundo real e sua qualidade de educador è a sua maneira de participar no universal concreto da sociedade. E nesta interação do educador-filósofo com a comunidade ele poderá considerar-se o “rei da comunidade” porque é consciente que pensa e pode ensinar a pensar – e, portanto capaz de dirigir a comunidade inconsciente. Ele ocupa o primeiro lugar não porque seja filósofo, mas porque tem a mais nobre missão de fazer que o homem torne-se cada vez mais homem, uma vez que o homem só é homem, quando caminha e se deixa dirigir por aquilo que o diferencia do animal (instinto) que é a consciência. Só o homem é capaz de dizer “**não**” levado por sua racionalidade. E a sociedade que confia ao filósofo este papel régio torna-se mais racional:

Porém aos olhos da comunidade o rei não é ele, mas quem confirma no seu papel, isto é, o soberano, a administração, os eleitores. Ele é rei por direito, mas não de fato e ele é rei segundo o direito natural da razão que só ele instaurou⁸

Mas por um lado, ele depende unicamente da comunidade, das convicções, das tradições, dos costumes da sua época, de sorte que tudo dependerá dos outros. E por outro lado, nada lhe garante que o mundo seja necessariamente favorável ao seu esforço.

O que é mais ingrato é que aquele que, por direito, se considera como **“rei da comunidade”** encontra-se na maior dependência. Esta comunidade pode dispensá-lo como supérfluo, sem que por isso sinta nenhuma privação como sentiria se dispensasse outros profissionais competentes e utilitários. Pode matá-lo, achando-se totalmente perigoso à ordem estabelecida pelos administradores públicos, isto é, os políticos e finalmente pode calá-lo com a recusa de qualquer discurso que os perturba nas suas ações interesseiras e utilitárias. De modo que depende unicamente da compreensão e da boa vontade dos outros. E para que a comunidade o considere como necessário ou, pelo menos útil, é preciso que haja testemunhas que a educação já tenha obtido certo sucesso. De maneira que só pode acreditar na educação, mesmo de maneira frágil e confusa, quem já optou pela razão.

Não pode haver educação sem educação prévia. O próprio fato da existência de um homem moral,

⁸ PP, p. 54-55.

buscando a razão e a liberdade para si mesmo e para os outros, mostra que o mundo real com o qual ele se relaciona é um mundo de pura violência. De onde viria essa vontade razoável de razão, senão do mundo no qual ele vive efetivamente? O mundo já conhece em parte a razão, a liberdade e a educação. É impossível definir o mundo totalmente insensato, já existe uma razão imanente aos acontecimentos.

O educador tem um lugar no mundo real, onde o seu pensamento compreende-se como fato porque o mundo não é fruto de pura violência. “O mundo contém a violência, jamais está livre dela, jamais se encontra protegido dela e pode sucumbir no seu absurdo, mas não é fruto de violência pura”⁹.

De certo modo para se viver e conviver é preciso que a violência já seja educada, tornada razoável em certo grau, o que facilita a presença do educador como um fato. A sua existência de homem moral-educador é um fato histórico, mas essencialmente histórico do que a existência de outras funções. O seu pensamento deve retratar o pensamento da comunidade, mesmo que esta esteja em conflito com o seu pensamento, mas mesmo assim continua sendo o membro da comunidade que estaria em conflito com ela.

É impressionante a preocupação de Weil em frisar que o filósofo em qualquer circunstância, é um homem de comunidade, mesmo que esta o assine.

Ele é a consciência de uma comunidade, e se auto-compreende como consciência de uma comunidade

⁹ PP, p. 56.

informada pela razão; ele é consciência de si de uma consciência que não se conhece como tal, mas existe ¹⁰.

Não é fácil para o homem de a consciência pura acreditar que o mundo da ação seja sensato em si mesmo. Esta decisão por esta compreensão exigiria dele a renúncia do falso contentamento de uma realidade transcendente ao mundo histórico – porém nenhum argumento é capaz de convencer a quem se instalou em tal situação. Ele recusará assumir qualquer risco que ponha em jogo a sua particularidade. De maneira que - só quem supera a reflexão formal é capaz de ver a necessidade desta superação. Somente quando o educador filósofo é convicto que a sua função é no mundo e deste mundo aqui e agora – é que cessará o conflito que opunha a este mundo.

A partir daí este mundo não será mais caos, o mal que o filósofo deve lutar – mas será o seu próprio campo, o domínio de sua atividade e do seu pensamento, uma vez que seu pensamento e o seu agir só serão positivos, quando este mundo será a sua casa. O mal continuará no mundo, mas este não será o mal, porque este mal será sempre a condição do bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa do filósofo-educador será então de desvelar as estruturas do mundo em vista da realização da liberdade razoável. E aqui se dá o ponto de unidade entre filósofo e o político, ambos responsáveis pela efetivação da razão. Enquanto o filósofo pensa o que possibilita o reino da razão; o político constrói este reino. Porém a grande questão será a de determinar a forma de

¹⁰ PP, p. 56.

ação que permitirá aos homens de instituição: o homem do Estado ou o homem da Igreja, de trabalhar no sentido da realização efetiva da liberdade. E aqui eu repetiria – a grande originalidade de Hegel em decifrar no cristianismo – a religião que despertou o princípio da liberdade, porém ainda não foi capaz de concretizar este mesmo princípio. E esta pergunta se torna a mais necessária e atual, uma vez que o homem de hoje embora ameaçado por todos os lados, numa crise de descrença e de sentido ainda espera que estas mesmas instituições ainda sejam capazes de cumprir a sua razão de ser.

Ninguém pode negar que a política hoje é a mediação social mais atingida nos seus alicerces, porém ainda continua a ser a esperança de qualquer cidadão, na sua ânsia de encontrar a via mais adequada para a personalização do indivíduo, desembocando assim na construção de uma comunidade justa e verdadeira. Esta ansiedade é tão evidente que o homem na sua angústia assume às vezes funções tão diversas, ora apelando para a racionalidade ora para a animalidade na certeza de que o mundo ainda é sensato e não caminha para o absurdo e o niilismo.

O filósofo, portanto se quer agir, deve não somente admitir o princípio de uma razão encarnada, mas ainda conhecer todas as formas que a razão assume no mundo. Por exemplo – um mundo onde os homens não refletem sobre os princípios de sua ação, mas age segundo a moral existente, um mundo onde a educação e a moral não sejam somente possibilidades, mas sejam realidades. De forma que: “[...] a primeira tarefa de quem quer transformar o mundo consiste em compreendê-lo no que ele tem de sensato”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Weil, Eric. *Hegel et l'Etat*. Paris : Vrin, 1980.
_____. *Logique de la Philosophie*. Paris : Vrin, 1985.
_____. *Philosophie Politique*. Paris : Vrin, 1984.
_____. *Problèmes Kantiens*. Paris: Vrin, 1992.
_____. *Essais et Conférences I*, Philosophie. Paris : Plon, 1970.
_____. *Essais et Conférences II*, Politique. Paris : Plon, 1971.

SIGLAS

AEW= *Actualité d'Éric Weil*.

DEC= *Philosophie et Réalité. Derniers essais et conférences I*.

EC I e II= *Essais et conférence I e II*.

LP= *Logique de la philosophie*.

PK= *Problème Kantiens*.

PM= *Philosophie morale*.

PP= *Philosophie politique*.